GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

PAT: 20172930500544

RECURSOS: DE OFÍCIO N^o 588/19

RECORRENTE: FAZENDA PÚBLICA

RECORRIDA: 2^a INSTÂNCIA/TATE/SEFIN/FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

INTERESSADO: TELE TOWER CESSAO DE INFRAESTRUTURA LTDA

RELATOR: MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO N^o: 373/2021 /2 CÂMARA/TATE/SEFIN

VOTO DO RELATOR

A empresa já qualificada nos autos foi autuada pela acusação de ter remetido mercadorias (Torres de Telecomunicação) para o Estado de Rondônia, conforme DANFE n^o 027, sem possuir cadastro no CAD-ICMS/RO. Conforme legislação tributária O vigente, a empresa que presta serviço de telecomunicações deverá se inscrever no Estado, e conforme contrato de locação da empresa, a finalidade da mercadoria (equipamentos) é para recepção e transmissão de sinais de telecomunicações.

A infração foi capitulada no art. 1^o, III; art. 2^o XII, "e"; art. 73, S2^o, item 3; art. 117, I; e art. 120, V, todos do RICMS/RO aprovado pelo Dec n^o 8321/98. A penalidade foi tipificada no art. 77, inciso VII, alínea "c", item 1 da Lei 688/96.

O Crédito Tributário está assim constituído:

Tributo 10,5%:	R\$ 11.282,17
Multa 15%:	R\$ 16.117,39

Valor do Crédito Tributário: R\$ 27.399,56 (vinte e sete mil, trezentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos).

O Sujeito Passivo tomou ciência do auto de infração através de intimação via AR (fl. 12) e apresentou Defesa Administrativa tempestiva (fls. 15/31).

O Julgador Singular, através da Decisão n^o 2019.06.1 1.03.0093 /UJ/TATE/SEFIN/RO (fls. 59/63), julgou improcedente a ação fiscal. Recorreu de Ofício a 2^a Instância de julgamento do TATE. Foi dado ciência ao sujeito passivo via AR (fl.65); não consta Manifestação Fiscal. Consta Relatório desse Julgador (fls. 69/71).

Após análise das peças constitutivas deste feito, passo as seguintes considerações:

A ação fiscal está embasada na acusação de que o sujeito passivo remeteu mercadorias (Torres de Telecomunicação) para o Estado de Rondônia, conforme NF-e's n.º 28 e 29, sem possuir cadastro do CAD-ICMS/RO. Conforme legislação tributária vigente, a empresa que presta serviço de telecomunicação deverá possuir inscrição estadual, e conforme contrato de locação da empresa (em anexo), a finalidade da mercadoria (equipamentos) é para a recepção e transmissão de sinais de telecomunicações.

O sujeito passivo em sua defesa, esclarece através do contrato social da empresa anexada aos autos (fls. 33/38), que executa exclusivamente atividade de locação e cessão de infraestrutura e que não realiza operações onerosas de serviços de comunicação e que os materiais transportados são de propriedade do remetente para locação, não sendo tratado portanto, de contribuinte do ICMS com a obrigatoriedade da inscrição no cadastro de contribuintes do Estado.

Discorreu que a acusação não possui lastro comprobatório e que o fiscal autuante se baseou em indícios de qualidade de prestadora de serviço de telecomunicação, para aplicar o auto de infração. Assim, impor uma condição de prestador de serviço de telecomunicação ao contribuinte, destoante dos fatos, foge à racionalidade não tendo nexos causal, tendo sido gerado uma obrigação acessória descabida.

Pois bem, em observância aos argumentos de defesa do sujeito passivo, bem como dos fundamentos do julgamento de primeira instância, em sede de Recurso de Ofício, faço alguns apontamentos coadunando com a posição do julgador singular, acolhendo as teses defensivas do ora contribuinte.

Ao analisar o contido nos autos, sabe-se que a locação de equipamentos não é e nunca foi serviço de comunicação. Ao contrário, sequer é serviço, uma vez que para esse negócio jurídico não envolve a prática de atos que consubstanciam um "praestare" ou um "facere".

De todo modo, ainda que a locação de equipamento/cessão de infraestrutura, fosse serviço (o que não é), não seria serviço de telecomunicação. Somente este é objeto de tributação pelo ICMS, como se deduz da letra da CF/88 e da LC 87/96. Assim sendo, essa cessão de direitos de uso, não se confundem em hipótese alguma com o serviço de telecomunicação, que atrai a incidência do ICMS.

A venda descrita no documento fiscal contido à fl. (03/04), observa-se que a remessa da mercadoria (Torres de Telecomunicação) se deu ao sujeito passivo, na qualidade de locação e cessão de infraestrutura e não como prestadora de serviço de telecomunicação, portanto, sem a obrigação de ter inscrição estadual, e consequentemente ser contribuinte do ICMS.

Destarte, não restando comprovado nos autos, que o sujeito passivo prestou em algum momento serviço de telecomunicação, diante documentação acostada aos autos, o que só vem a reforçar a tese defensiva de que o sujeito passivo de fato não encontra sujeito a incidência do ICMS na presente operação.

Dessa forma, merece acolhimento os argumentos trazidos pela defesa, já acatados pelo julgador de primeira instância, para afastar a incidência do crédito tributário.

Por todo o exposto e mais do que nos autos constam, CONHEÇO DO RECURSO DE OFÍCIO interposto para NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo-se a Decisão Singular de IMPROCEDENTE 0 auto de infração.

É O VOTO.

Porto Velho, 05 de maio de 2022.

MANOEL RIBEIRO DE MATOS JUNIOR

Julgador/Relator da 2ª Inst./TATE/SEFIN

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : N^o 20172930500544

RECURSO • DE OFÍCIO N^o 588/19

RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RECORRIDA : TELE TOWER CESSÃO DE INFRAESTRUTURA LTDA

RELATOR • JULGADOR - MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO

: N^o 373/2021/2 CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO N^o 113/2022/2 CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA

• ICMS - CONSTRUÇÃO CIVIL - ATIVIDADE DE LOCAÇÃO E CESSÃO DE ESTRUTURA - AUSÊNCIA DO CAD-ICMS/RO - INOCORRÊNCIA — Comprovado nos autos que o sujeito passivo exerce

apenas atividade de locação e cessão de infraestrutura e que não realiza operações onerosas de serviço de telecomunicação. O atuado exerce atividade de construção civil e não é contribuinte do ICMS. Portanto, não está obrigado a inscrição no CAD-ICMS/RO nos termos do art. 110 do RICMS-RO Decreto n. 22.721/18. Mantida a decisão singular que julgou improcedente o auto de infração. Recurso de ofício Desprovido. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os membros do EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE, à unanimidade, em conhecer o Recurso de Ofício interposto para ao final negar-lhe provimento, mantendo-se a decisão de Primeira Instância de IMPROCEDÊNCIA do auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator, constante dos autos, que passa a fazer parte integrante da vertente decisão. Participaram do Julgamento os Julgadores: Fabiano Emanuel Fernandes Caetano, Roberto Valadão Almeida De Carvalho, Manoel Ribeiro de Matos Júnior, Juarez Barreto Macedo Júnior.

TATE, Sala de Sessões, 05 de maio de 2022.